

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE LEI Nº 6.113, DE 2023

Cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate da Violência Contra a Mulher.

**Autor:** Deputado DUDA RAMOS

**Relator:** Deputado CLEBER VERDE

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei em epígrafe, de autoria do ilustre Deputado Duda Ramos, cria o Banco Nacional de Boas Práticas na Prevenção e no Combate da Violência Contra a Mulher.

Na Justificação, o nobre autor destaca que a violência contra a mulher continua sendo uma triste realidade na sociedade brasileira, apesar dos avanços legislativos representados pela Lei Maria da Penha e pela Lei do Feminicídio. Menciona que, segundo a Organização Mundial da Saúde, o Brasil tem a quinta maior taxa de feminicídio do mundo, com uma média de 4,8 assassinatos para cada 100 mil mulheres.

O autor ainda argumenta que a criação de um banco nacional com boas práticas é fundamental para compartilhar estratégias bem-sucedidas de enfrentamento ao problema. Ressalta que estados como Roraima enfrentam índices alarmantes de violência contra a mulher, e cita como exemplos de iniciativas bem-sucedidas o Projeto Violeta, do Rio de Janeiro, e o Projeto Basta, de Foz do Iguaçu.

A proposição tramita em regime ordinário (art. 151, III, RICD) e em caráter conclusivo (art. 24, II, RICD), tendo sido distribuída às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Constituição e Justiça e de Cidadania



(CCJC), esta última para se pronunciar sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, na forma do art. 54 do RICD.

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher aprovou o Projeto de Lei nº 6.113/2023, com Substitutivo, nos termos do voto da Relatora, Deputada Laura Carneiro. O substitutivo apresentado aprimora a proposição original ao definir, entre outros aspectos, os critérios mínimos de atualização, publicidade e conteúdo das informações constantes do Banco Nacional de Boas Práticas, estabelecendo parâmetros mais objetivos para sua organização e funcionamento.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas nesta Comissão.

É o relatório.

## II - VOTO DO RELATOR

Em conformidade ao que dispõe o art. 32, IV, “a”, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), cumpre a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania pronunciar-se acerca da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa das proposições sujeitas à apreciação da Câmara ou de suas Comissões.

Quanto à constitucionalidade formal da proposição, consideramos os aspectos relacionados à competência legislativa, à legitimidade da iniciativa parlamentar e ao meio adequado para veiculação da matéria.

De competência legislativa União, a proposição em questão trata da criação de um banco nacional de boas práticas na prevenção e no combate à violência contra a mulher, tema afeto à proteção dos direitos humanos e à promoção da segurança pública e da igualdade de gênero, sendo legítima a iniciativa parlamentar (art. 61, *caput*, da CF/88), haja vista não incidir, na espécie, reserva de iniciativa. Por fim, revela-se adequada a veiculação da



matéria por meio de lei ordinária federal, visto não haver exigência constitucional de lei complementar ou outro veículo normativo para a disciplina do assunto.

No tocante à constitucionalidade material, observa-se que o projeto em análise não afronta qualquer princípio ou norma da Constituição Federal. Ao contrário, a proposição reforça compromissos constitucionais com a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), a igualdade entre homens e mulheres (art. 5º, I), e a erradicação da violência no seio familiar e social (art. 226, § 8º).

No que diz respeito à juridicidade, o projeto apresenta coerência com o ordenamento jurídico vigente, sendo compatível com os princípios gerais do direito e com os direitos e garantias fundamentais.

Por fim, quanto à técnica legislativa, tanto o Projeto de Lei nº 6.113, de 2023 quanto o substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher observam os preceitos estabelecidos na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998

**Pelas precedentes razões, manifesto meu voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 6.113, de 2023, e do Substitutivo aprovado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher.**

Sala da Comissão, em        de        de 2025.

Deputado CLEBER VERDE  
Relator

